

00400-2007-009-03-00-0 RO

**Data de Publicação:** 23-10-2007  
**Órgão Julgador:** Setima Turma

**Relator:** Convocada Wilméia da Costa Benevides

**EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA. TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONSEQUÊNCIAS. A companhia que tem o controle acionário adquirido por sociedade de economia mista passa a integrar a administração pública indireta e, por consequência, seus empregados assumem a condição de servidores públicos.** Embora a hipótese não evidencie a nulidade dos contratos de trabalho, formalizados anteriormente à aludida transação, impõe-se à empregadora regularizar a situação desses trabalhadores, com a realização de concurso público para provimento dos empregos públicos. Tal posicionamento não implica ofensa aos artigos 10 e 448 da CLT. **A hipótese narrada consubstancia, de fato, sucessão e a maioria dos empregados da usina foi admitida em época anterior à alteração. Os dois dispositivos em estudo, que resguardam os direitos dos empregados abrangidos pela sucessão, afastam a nulidade dos contratos com base na ausência do concurso público. Essa circunstância, no entanto, não assegura a esses trabalhadores a permanência indefinida no emprego, até porque nenhum deles detém qualquer tipo de estabilidade.** Emerge, no caso, o abrangente âmbito social de que se reveste a matéria o qual determina a prevalência do interesse da Administração Pública sobre o interesse individual dos empregados. Entendimento em contrário permitiria a contratação de empregado público sem a observância do que determina o artigo 37, II, da Constituição.